

# Alguns problemas de teoria das classes sociais\*

## 1. LUGARES E PROTAGONISTAS

Sem pretender, evidentemente, presidir a uma análise exaustiva dos processos sociais, o conceito de classe tem o estatuto privilegiado de constituir referência nuclear nessa análise.

Ele situa-se, desde logo, não no terreno das acções individuais e finalizadas e da interacção, mas no das práticas colectivas produtoras do social, no das relações sociais.

As classes funcionam, enquanto instrumento conceptual, como uma mediação entre o conjunto das estruturas sociais e um conjunto de práticas socialmente significativas. A operação que consiste em tomá-las como variável independente tem como condição de pertinência o não perder de vista esse carácter mediador, ou seja, que elas próprias são socialmente produzidas, que constituem efeitos, em termos de clivagens sociais, de estruturações históricas complexas.

A reprodução social não se inscreve, com efeito, em terreno virgem. Se as estruturas condicionantes são resultado de práticas sociais, são-no enquanto cristalizações mais ou menos duráveis em modos de organização económica e social, em sistemas ideológicos, em organizações políticas.

É essa herança multifacetada que determina em cada conjuntura, em cada tempo e em cada espaço os limites das práticas. É ela que limita as modalidades da sua própria transformação, os graus de possibilidade de irrupção do novo, que se afirmará em negação parcial duma inércia.

Se toda a explicação do social tem assim, por definição, uma componente genética, nem por isso deixa de ser teoricamente pertinente o fechamento do campo analítico que remete para o seu exterior, de forma controlada, quer boa parte dos processos históricos que formaram uma situação actual e que, portanto, contribuem para a explicar, quer parte das múltiplas conexões que a ligam a outros processos de diversa localização. Nem de outro modo se poderia proceder em qualquer pesquisa empírica, com as diferentes opções que a construção dos objectos de conhecimento imponham<sup>1</sup>.

---

\* Este texto serviu de base à comunicação apresentada pelo autor ao 1.º Colóquio de Estudos Rurais, realizado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em Março de 1981.

<sup>1</sup> Em sentido contrário parece ir Thompson, na linha do seu antiestruturalismo militante (ver E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, Middlesex, Penguin Books, 1968, prefácio).

O duplo corte, vertical e horizontal, permite isolar o estudo de certas práticas actuais e dos seus agentes, procurando fornecer explicações parciais por referências às estruturas mais directamente condicionantes e, ao mesmo tempo, mais directamente afectáveis pelo desenvolvimento dessas práticas.

Os agentes pensam o que é socialmente pensável e agem o que é socialmente possível. Mas o possível e o pensável constituem um campo ambíguo, contraditório e polivalente.

Falar de classes sociais é sempre, e simultaneamente, falar de protagonistas dos processos sociais, que, ao produzirem e reproduzirem a sua própria identidade, modelam do mesmo passo as condições sociais que a definem, e falar das estruturas que delimitam duravelmente o espaço em que esses processos ocorrem. Boa parte dos equívocos no diálogo de surdos entre o empirismo subjectivista/idealista e o estruturalismo, um e outro reclamando-se da teoria das classes, residirá na omissão de um dos termos ou na sua análise separada.

Os empiristas sublinharão a conjuntura, a capacidade produtora de efeitos do sujeito; ao privilegiarem as interacções desenvolvidas em contextos situacionais indeterminados, subestimarão com frequência as resistências estruturais. A ênfase posta na dinâmica cultural/normativa e na acção dos protagonistas conscientes e livres fa-los-á centrar explicações do social quer nas características dos valores sociais prevalentes, quer na identificação dos sujeitos históricos<sup>2</sup>.

O estruturalismo, pelo seu lado, tenderá a hipertrofiar as condicionantes estruturais e a fazer dos agentes concretos, que se movem na história real, meros suportes de estruturas preexistentes que ao limite serão incapazes de subverter<sup>3</sup>. A realidade social aparece transmutada numa espécie de *commedia dell'arte* em que à ausência de autor se juntasse um sistema de improvisações puramente imaginárias; os que se tomam por protagonistas não passariam, de facto, de meros figurantes. Conhecer a realidade social reduzir-se-ia então a uma decifração abstracta das estruturas e do movimento auto-sustentado que as anima, empreendida geralmente a partir dos factores económicos, reificados como a própria essência da objectividade. Protagonistas dos processos sociais, mecanismos específicos e localizados da sua acção, campos de alternativa inscritos na própria ambivalência das situações, tudo isso tende a ser ignorado e excluído do processo de conhecimento do social.

Nem os acontecimentos na sua singularidade, nem a linha evolutiva dos processos sociais, podem ser deduzidos. Se é possível prever graus de probabilidade para uns e outros, é sob condição de tomar como objecto de análise, na pesquisa empírica, as estruturas e as práticas sociais.

Esta última distinção poderá parecer obscura e caduca. O conceito de estrutura denota as noções de totalidade e de interdependência dinâmica dos respectivos elementos. Ele será, portanto, inclusivo das práticas, enquanto componentes estruturadas dessa totalidade. E as estruturas, por seu turno, não são mais do que práticas institucionalizadas e duradouramente reproduzidas. Mas os usos de um e de outro conceito justi-

---

<sup>2</sup> Cf. Víctor Pérez Díaz, *Pueblos e Clases Sociales en el Campo Español*, Madrid, Siglo XXI, 1974, pp. 21 e segs.

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Louis Althusser e Étienne Balibar, *Lire le Capital*, Paris, Maspero, t. II, 1968, pp. 52 e segs

ficam-se para designar graus diversos de cristalização, que vão dos parâmetros históricos de longo prazo ao constante surgimento de novas conjunturas.

Uma das teses mais importantes da teoria marxista do social resume-se na «opinião» de Marx de que «o modo de produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual»<sup>4</sup>. O modo de produção, entendido como um sistema de relações sociais, constituiria o princípio de explicação da própria prevalência, em certas épocas históricas, de estruturas ideológicas ou de estruturas políticas.

Com o enunciado da chamada determinação em última instância pelo económico, não se tratava de postular uma qualquer monocausalidade histórica. Ele corresponde antes a um princípio eurístico de análise, à proposta de uma hierarquização nos processos de causalidade estrutural capaz de servir de guia para as interrogações formuladas pela pesquisa. O social aparece assim como uma totalidade estruturada em que as inter-relações dos respectivos processos têm pesos e sentidos desiguais, em que são diversamente qualificáveis as modalidades de causalidade ou de determinação.

Para usar uma proposta de Olin Wright distinguindo diversos modos de determinação<sup>5</sup>, poderia dizer-se esquematicamente que a estrutura económica exerce, para além de outros, efeitos de *limitação estrutural*. Significa isto que ela estabelece os limites dentro dos quais podem variar as estruturas do Estado, as respectivas intervenções políticas, as estruturas ideológicas, as práticas de classe, e estabelece igualmente graus de probabilidade para as estruturas ou processos específicos que são possíveis dentro desses limites. As práticas de classe, por seu turno, não só modelam os efeitos exercidos nas outras estruturas pela estrutura económica (*mediação*), como afectam directamente as diferentes estruturas (*transformação*). Claro que as estruturas ideológicas e do Estado produzem, elas próprias, quer efeitos recíprocos, quer efeitos sobre outros processos e estruturas. Um exemplo será o da *reprodução* da estrutura económica, ou seja, a contribuição de uma e de outra para que um dado padrão de relações económicas se mantenha<sup>6</sup>.

A cláusula da determinação em última instância pelo económico não pretende assim, mesmo em termos de um alto grau de abstracção, negar eficácias específicas e porventura decisivas a outros níveis do social. Isso mesmo se verifica em termos da teoria das classes.

Aqui, a forma transformada que a cláusula assume consiste em começar por caracterizar as classes sociais por referência à estrutura económica, em particular à estrutura da produção.

As condições materiais e técnicas da produção — «as forças produtivas» — definem as características dos processos de trabalho, o modo

---

<sup>4</sup> Karl Marx, *Le Capital*, em *Œuvres*, t. I, Paris, Pléiade-Gallimard, 1965, p. 617. Já em vida do autor, o seu célebre *Prefácio à Crítica da Economia Política* (1859) dava lugar a falsas interpretações e a simplificações abusivas, forçando à rectificação.

<sup>5</sup> Erik Olin Wright, *Class, Crisis and the State*, Londres, NLB, 1978, pp. 15 e segs.

<sup>6</sup> A presença específica da «superestrutura» nas relações económicas era constantemente enunciada por Marx (ver, por exemplo, Karl Marx, *Matériaux pour l'Économie* (1861-1865), em *Œuvres*, t. II, cit., p. 441, e *Le Capital*, liv. III, sexta secção, *ibid.*, pp. 1402-1403.

como a força de trabalho se exerce sobre certos meios de produção no processo de transformação da natureza <sup>7</sup>.

Mas os processos de trabalho desenvolvem-se em condições sociais específicas, que os configuram como processos de produção. As relações estabelecidas entre os agentes de produção e os meios e objectos de trabalho — as relações de produção — são simultaneamente relações desses agentes entre si. Esquemáticamente, tais relações podem desdobrar-se na relação dos trabalhadores directos com os meios de produção e na que os não produtores <sup>8</sup> estabelecem com os mesmos meios de produção. Cada um destes tipos de relação comporta, por seu turno, ainda esquematicamente, duas dimensões. Por um lado, a propriedade económica, entendida como o poder de afectação dos meios de produção a determinadas utilizações: ela envolve o poder de dispor dos produtos e de contribuir para o controlo do processo social de acumulação. Por outro lado, a apropriação real, ou seja, a capacidade de pôr em movimento o processo de trabalho e de directamente o controlar.

As relações de produção definem assim um sistema de lugares diferenciados, a que se articulam funções igualmente diferenciadas; elas determinam quer a divisão social do trabalho, ou seja, a repartição social de funções, tarefas e competências, quer a forma de circulação e distribuição dos produtos <sup>9</sup>.

É justamente porque as relações de produção determinam globalmente a divisão de funções e tarefas socialmente realizadas que a análise dos lugares de classes se não restringe às relações contidas na actividade produtiva, em sentido estrito, mas abrange o conjunto da divisão social do trabalho. As actividades desenvolvidas em sectores não produtivos, como muitas das que dependem dos aparelhos de Estado ou as do sector da circulação, são assim igualmente passíveis da análise de classes.

Que as dimensões económicas se revestem de importância decisiva para a estruturação das práticas sociais resulta das próprias propostas da teoria da estratificação nas suas aplicações empíricas. Com efeito, as definições «objectivas» dos estratos sociais têm sempre em conta, de diferentes modos, essas dimensões, e a própria ordenação de prestígio se faz frequentemente tomando por objecto as ocupações socialmente existentes. Mesmo através das avaliações de estatuto «atribuído» ou «subjectivo», o indicador socioprofissional acabará por ter, muitas vezes, o peso fundamental e aparece, portanto, como elemento discriminante para a explicação dos comportamentos.

A situação de classe definida a partir dos lugares na divisão social do trabalho — aquilo que Poulantzas designa por «determinação estrutural de classe» — não se confina ainda, porém, à esfera económica. Esses lugares configuram também relações e funções diferenciadas a outros níveis,

---

<sup>7</sup> Cf. Karl Marx, *Le Capital*, liv. II, em *Œuvres*, t. II, cit., p. 505.

<sup>8</sup> A categoria «não produtor» denota apenas o lugar daqueles para quem o controlo da produção e dos produtos provém da sua específica relação com os meios de produção, independentemente duma eventual participação no processo de trabalho.

<sup>9</sup> Formulações desenvolvidas do que aqui se deixa resumido podem encontrar-se em diversos autores (ver, por exemplo, Charles Bettelheim, *Calcul Économique et Formes de Propriété*, Paris, Maspéro, 1970, pp. 57 e segs.; Louis Althusser e Étienne Balibar, *Lire le Capital*, cit., t. II, pp. 90 e segs.).

designadamente relações de dominação/subordinação política e ideológica<sup>10</sup>.

As clivagens estruturais esquematicamente referenciadas às relações dos trabalhadores directos e dos não trabalhadores com os meios de produção envolvem desde logo, com efeito, distinções em termos da autoridade e do saber. A propriedade define um poder e, necessariamente, a exclusão desse poder. Mas mesmo na actividade económica imediata se definem distinções: a apropriação real configurada — como o controlo sobre o conjunto dos instrumentos de trabalho, bem como sobre os trabalhadores que o executam<sup>11</sup> — exige e traduz-se em capacidade de direcção e em poderes disciplinares que, em contrapartida, supõem situações de desapropriação do saber e de submissão à autoridade. São as gradações e combinações diversas entre todas essas variáveis, referidas ao económico, mas inclusivas de dimensões extra-económicas, que delimitam os lugares de classe.

Se os lugares de classe condensam diferenças sociais significativas de vários níveis no interior do próprio campo de actividade económica, os seus efeitos prolongam-se a outros campos da prática social. É o caso das clivagens em termos ideológicos (clivagens de competências, escolares, culturais, mas também das referências simbólicas globais das práticas); em termos de poder e autoridade (de direcção, de controlo, de autonomia das tarefas, mas também de dominação/subordinação política); em termos dos géneros de vida (das «relações» do prestígio, da respeitabilidade, do gosto, dos tipos de consumo).

As relações de produção e a divisão social do trabalho constituem assim uma matriz de complexos efeitos no conjunto do espaço social. É precisamente por isso, de resto, que o indicador socioprofissional, mesmo quando construído de forma relativamente grosseira e utilizado isoladamente, pode funcionar com eficácia na pesquisa.

Há, portanto, uma necessária referência estrutural no conceito de classe, identificada por lugares e situações, por condições globais e diversas de existência, que constituem o princípio de explicação de práticas específicas. É ela que, ao fim e ao cabo, nos permite utilizar idênticas designações (a burguesia, o proletariado, o campesinato) em contextos bem distintos no espaço e no tempo.

Mesmo ao nível estrutural, o conceito é desde logo pluridimensional, é inclusivo duma rede de atributos, por contraposição à fórmula weberiana das três hierarquias paralelas e exteriores de poder.

Põe-se então a questão de saber quais são as dimensões que devem ser retidas como pertinentes para caracterizar os vários conjuntos de condições sociais de existência, os vários lugares de classe. Falar em económico, político, ideológico, não é senão designar grandes grupos de problemas, ou, se se preferir, certas sedes do seu tratamento analítico.

Uma maior especificação parece decorrer daquilo a que Bourdieu chama as «propriedades objectivadas», que, juntamente com as «propriedades incorporadas», definiriam a «classe objectiva». A classe resultaria do sistema de relações entre todas as propriedades pertinentes, já que não se trata de avaliar causalidades isoladas de tal ou tal factor, mas justa-

---

<sup>10</sup> Cf. Nicos Poulantzas, *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui*, Paris, Seuil, 1974, pp. 16 e segs.

<sup>11</sup> Cf. Erik Olin Wright, «Varieties of Marxist conceptions of class structure», in *Politics and Society*, 9, n.º 3, 1980, pp. 328 e segs.

mente de ter em conta a produção de efeitos — a causalidade estrutural — do conjunto desses factores<sup>12</sup>.

Deixando, por ora, a noção de propriedade incorporada, que remete para o conceito de *habitus*, como se podem definir as propriedades objectivadas? Elas denotam conjuntos de recursos e de poderes referentes a diversas formas de capital: capital económico, bem entendido, mas também capital simbólico e capital social.

Apesar da extensão do conceito de capital, usado, de resto, num sentido próximo do de Weber, não ficam directamente recobertas todas as formas de apropriação e de poder socialmente identificáveis. Como referir, por exemplo, as intervenções especificamente políticas<sup>13</sup>? Por outro lado, a noção de capital económico, enquanto relação social, aparece mais obscura do que clarificada, na medida em que nela se agregam modos qualitativamente distintos de mobilização de recursos.

Seja como for, parece inegável a produtividade das noções de capital simbólico (bem como cultural e escolar) e de capital social, cujos graus de apropriação e formas de combinação contribuem para localizar as condições de existência de cada conjunto de agentes sociais.

Haveria então, segundo Bourdieu, que identificar os volumes globais de capital como primeiro elemento de distinção entre as condições de existência. E estudar a estrutura patrimonial, ou seja, a distribuição do capital entre as suas espécies, como elemento de distinção das fracções de classe no interior das clivagens anteriormente estabelecidas<sup>14</sup>.

A construção do conceito de classe, por forma a torná-lo apto para a pesquisa, exige portanto sucessivos níveis de especificação.

Há que identificar, ao nível estrutural, a rede de dimensões em que se analisam as condições de existência. Se as relações de produção, a divisão social do trabalho, definem os grandes lugares de classe por onde se distribuem os agentes sociais, são já constelações de factores que a esse nível estão presentes e que qualificam os lugares que limitam o espaço de práticas distintas e eventualmente contraditórias.

Os lugares de classe condensam de facto práticas relacionais específicas ao afectarem diferencialmente os respectivos ocupantes em termos das suas experiências e dos seus interesses. Por isso tendem a constituir esses agentes em classes sociais e a gerar práticas diversificadas das forças sociais, posições distintas de classe em cada conjuntura.

É a durabilidade do conjunto de lugares, cada um deles produtor de condicionalismos específicos dotados de relativa homogeneidade, que permite a inteligibilidade dos processos sociais.

Durabilidade não significa, contudo, imobilismo. A existência de lugares sociais contraditórios está na origem da dialéctica das forças sociais, que,

---

<sup>12</sup> Cf. Pierre Bourdieu, *La Distinction — Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979, pp. 112-117.

<sup>13</sup> Ver, no entanto, Pierre Bourdieu, «La représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 36/37, 1981, pp. 3-24.

<sup>14</sup> Cf. Pierre Bourdieu, art. cit., *ibid.*, mesmos números e ano, pp. 128-129. A caracterização e o uso analítico das várias formas de capital surgem, não só na obra citada, mas em muitas outras do mesmo autor (ver, por exemplo, *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, Genebra, Droz, 1972; *Le Sens Pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980; «Les trois états du capital culturel», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 30, 1979; «Le capital social», *ibid.*, 31, 1980.

por sua vez, transforma continuamente as regras do jogo definidas por esses lugares. Nesse sentido se pode dizer que a luta de classes é o «motor da história».

Ao contrário, no entanto, do que um equívoco persistente pode conduzir a pensar, não se trata de circunscrever a análise de classes à análise do conflito. Os processos sociais envolvem necessariamente factores de estabilização e factores de ruptura, incompreensíveis sem a sua referência recíproca. Entender a irrupção dos momentos fortes da história exige a análise das dinâmicas mais silenciosas que nela se contêm.

É certo que a visibilidade das transformações lentas e da luta surda e quotidiana é menor do que a dos períodos de afrontamento aberto, tanto mais quanto a cumplicidade de instrumentos metodológicos, como o do inquérito por questionário, pode contribuir para isolar os indivíduos, para lhes fornecer respostas pré-contidas na forma de interrogação, para ocultar, em suma, a dinâmica real dos processos de conjunto. E é verdade, igualmente, que a perturbação dos equilíbrios estruturais força a sua própria visibilidade e a da importância das dimensões políticas e ideológicas.

Mas a actualização das situações de classe em exacerbadas posições de classe ilumina retrospectivamente a própria existência das classes. O surgimento brusco e ofuscante da consciência e da organização numa certa conjuntura remete para todo o processo de engendramento e de transformação de lugares e de protagonistas.

## 2. TRAJECTOS E DISPOSIÇÕES

Englobados um e outro no conceito de classe, o problema dos lugares e o problema dos agentes mantêm contudo especificidade analítica. Se se pode falar duma produção e reprodução estrutural dos lugares de classe, pode também falar-se duma determinação estrutural na qualificação/distribuição dos agentes por esses lugares em cada situação histórica concreta.

A reprodução simples ou alargada, a retracção ou mesmo a supressão de certos lugares, por um lado, e o surgimento de novos fraccionamentos ou recomposições no interior desses lugares, por outro, ligam-se directamente à contínua reorganização da divisão social do trabalho, ao desenvolvimento do processo social de conjunto.

Todas essas transformações condicionam, por seu turno, quer os processos de qualificação/desqualificação profissional, quer os processos de distribuição dos agentes pelos lugares.

É assim que o estudo do êxodo rural, por exemplo, se deve inserir no quadro da sub-reprodução dos lugares de classe nos campos e das suas determinações globais. Só a partir daí se podem analisar as formas específicas e desiguais que reveste o processo de expulsão dos seus ocupantes e que vão desde os mecanismos «materiais» de «atração» e de «repulsão» (como a inviabilização/expropriação económica ou a disponibilidade de alternativas profissionais) até às respectivas mediações ideológicas (como a desvalorização do trabalho na terra, a sedução do estilo de vida urbano, as estratégias de mobilidade ascensional).

São identificáveis múltiplos mecanismos sociais tendendo a produzir a adequação dos agentes aos lugares disponíveis. É o caso dos que, operando selecções negativas nas estratégias de reprodução, ou seja, inculcando nos agentes o conformismo com a sua situação actual, reforçam a

improbabilidade objectiva de certos trajectos ascendentes intra ou intergeracionais. Pode pensar-se também, por exemplo, nos meios socialmente fornecidos (a herança, a escola, o capital social) para produzir, em contrapartida, a probabilidade de sucesso de certas estratégias de conservação.

Nada disso impede, como é evidente, a existência de contradições perturbadoras da perfeita funcionalidade dos mecanismos de adequação. Bastará lembrar quer a frustração nas expectativas de mobilidade ascensional, quer a que resulta de desqualificações e declínios sociais. Não pode postular-se, por outro lado, a unanimidade de perspectivas a respeito da significação e valorização da ascensão social entendida em termos individuais: outras perspectivas apontam para formas colectivas de alteração das distâncias sociais, para a transformação radical da própria estrutura de classes<sup>15</sup>.

Em qualquer dos casos, o problema da reprodução/transformação dos lugares de classe e dos movimentos dos agentes em relação a esses lugares, sem deixarem de ser interdependentes, são, portanto, analiticamente irreduzíveis. Taxas mesmo elevadas de mobilidade social podem compatibilizar-se com a permanência do sistema de lugares, da estrutura de classes existente. Nada impede, por exemplo, que um lugar de classe constituindo ponto de passagem de curta duração para sucessivos ocupantes vá mantendo, ao longo do tempo, uma grande estabilidade.

Se se elide a articulação entre as duas dimensões, privilegiando os fluxos sociais em detrimento da análise dos lugares, uma das consequências possíveis será a de reduzir a reprodução das classes (ou dos estratos sociais) a uma questão de aptidões individuais, referindo-se, no máximo, a existência de alguns obstáculos estruturais que ainda vão perturbando a plena fluidez social, a plena realização dessas aptidões.

Alguns autores julgam poder verificar nas sociedades industriais taxas crescentes de mobilidade, desestruturação de grupos solidários duradouros, alargamento do consenso social, estabilidade das instituições. A interligação desses factores conduziria, então, quer ao progressivo desaparecimento das classes, quer à própria obsolescência da noção de mobilidade intergeracional, por nenhuma ligação causal ou simplesmente estatística subsistir entre o estatuto socioprofissional dos pais e o dos filhos<sup>16</sup>.

A crítica da noção de mobilidade faz-se também a partir de razões totalmente diversas, que têm que ver com as suas conotações individualistas e a perspectiva neopositivista que lhe comandaria a utilização. Bertaux, por exemplo, prefere considerar o que se designa por *mobilidade* como o momento intermédio do «processo antroponómico», ou seja, do «processo de conjunto da produção/distribuição/consumo dos seres humanos nas e pelas relações sociais instituídas»<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> Cf. Muriel Garon Audy, «La logique de l'acte de classification: postulat ou question pour l'analyse de la mobilité», in *Sociologie et Sociétés*, vol. 8, n.º 2, Outubro de 1976, pp. 37 e segs.

<sup>16</sup> Neste sentido cf. P. M. Blau e O. D. Duncan, *The American Occupational Structure*, Nova Iorque, Wiley, 1967, pp. 425 e segs. Para uma revista das principais perspectivas sobre mobilidade ver John H. Golthorpe, «Mobilité sociale et intérêts sociaux», in *Sociologie et Sociétés*, vol. 8, n.º 2, Outubro de 1976, pp. 7-36.

<sup>17</sup> Daniel Bertaux, *Destins Personnels et Structure de Classe*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977, p. 293; ver igualmente, do mesmo autor, «Pour sortir de l'ornière néo-positiviste», in *Sociologie et Sociétés*, vol. 8, n.º 2, Outubro de 1976, pp. 119 e segs.

Se a mobilidade social pode, de facto, ser entendida como um conjunto de fluxos colectivos, de distribuições e de redistribuições dos agentes sociais pelos lugares de classe, ela deve igualmente ser pensada como uma dimensão das trajectórias sociais das classes, das fracções, dos grupos. O conceito de trajectória social permite, com efeito, analisar simultaneamente o processo de transformação histórica dos lugares e dos agentes que os ocupam (e desocupam).

A importância das diversas formas de mobilidade, de contramobilidade<sup>18</sup> e de imobilidade nos processos sociais é central e inegável. Não menos relevantes, no entanto, serão as avaliações que delas fazem e as expectativas que em torno delas criam os agentes sociais.

Avaliações e expectativas que, nem por poderem ser ilusórias, deixam de produzir efeitos sociais. A imagem da escada rolante que desce enquanto as famílias vão subindo os degraus ilustra um caso particular de mobilidade ascensional apenas aparente, já que o declínio dos lugares no espaço social (dos degraus) neutraliza o esforço de subida. A distância social mantém-se idêntica, apesar da ilusão do seu encurtamento<sup>19</sup>.

Seja qual for, no entanto, o grau da sua adequação à realidade, as avaliações das oportunidades sociais, dos trajectos virtuais e actuais de ascensão ou declínio, constituem elementos das estratégias de reprodução das classes sociais e das fracções de classe. Como componentes ideológicas da situação de classe, elas radicam no que Bourdieu chama o *habitus*, conceito que desenvolveu a partir de sugestões de Weber e de Mauss.

O que é o *habitus*? É «um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de acções*»<sup>20</sup>.

Se os lugares de classe, caracterizados por certas combinações de volume e estrutura das diferentes espécies de capital (certas propriedades objectivadas), definem condições de existência distintas umas das outras e internamente semelhantes, eles tendem a inculcar nos agentes que os ocupam sistemas de disposições do mesmo modo distintos e internamente dotados de relativa homogeneidade. É porque tais sistemas de disposições constituem a interiorização de condições objectivas idênticas que eles tendem, por seu turno, a gerar práticas objectivamente concertadas e orquestradas, independentemente da interacção directa ou da concertação explícita e intencional<sup>21</sup>.

Por força dos específicos condicionamentos objectivos que, para além duma infinita variedade de modulações, produziram determinados e importantes elementos comuns de socialização e de experiência, os membros de uma mesma classe que os incorporaram e cristalizaram em *habitus* têm entre si maior probabilidade de pensar e agir de forma semelhante do que em relação a membros de outras classes. E isso mesmo na ausência de uma «tomada de consciência», mesmo sem o discurso unificador e

---

<sup>18</sup> No sentido do afastamento apenas provisório em relação ao grupo social originário seguido de retorno a esse grupo; trata-se duma mobilidade intrageracional, podendo ocultar a estabilidade intergeracional.

<sup>19</sup> Cf. Daniel Bertaux, «L'héritage sociale en France», in *Économie et Statistique*, n.º 9, Fevereiro de 1970, pp. 37 e segs. A situação ilustrada tenderia a ser produtora de efeitos de conformismo social.

<sup>20</sup> Pierre Bourdieu, *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, cit., p. 178 (sublinhado do autor).

<sup>21</sup> Id., *ibid.*, pp. 174 e segs.

mobilizador em que ela se traduz, sem a definição intencional de estratégias globalizantes, sem a formulação e a concretização de formas organizativas próprias e mobilizadoras capazes de prosseguir os respectivos interesses.

A clássica distinção de «classe em si» e «classe para si» só pode ser mantida sob condição de ficar claro que as classes existem, ou seja, são práticas distintas com efeitos sociais, mesmo antes de se poder falar da sua global consciência ou das suas organizações específicas.

O sistema de disposições tende a engendrar práticas de forma, por assim dizer, automática. O instinto de classe, de que falava Lenine, designa justamente esse princípio de acção independente e até eventualmente contraditório com as ideologias explícitas dos seus agentes. O que não significa, naturalmente, que a consciência e a organização, elas próprias resultado da estruturação das classes ao longo da sua história, não produzam efeitos sociais de reforço e de eficácia e não possam, em certas conjunturas, constituir condição para que essas classes se mobilizem e se transformem em forças sociais<sup>22</sup>.

Remeter as práticas para o sistema estruturado de disposições que lhes está na origem implica também dar conta de que as conjunturas — momentos sincronicamente definidos dos processos sociais — nunca se deixam analisar apenas a partir de si próprias.

Os *habitus* de classe têm uma história. O sistema de disposições que preside às práticas dos membros dessa classe num momento dado, às posições da classe numa conjuntura, é resultado de incorporação estruturada de sucessivas experiências. Quer dizer que, além do efeito da situação de classe sincronicamente definida, há que ter em conta o efeito, porventura decisivo, de acordo com a tradição freudiana, das condições da primeira educação. A origem de classe terá, por essa razão, mas também por constituir um ponto de referência e de aferimento permanente, uma importância considerável. Há ainda que ter em conta, contudo, toda a estruturação do *habitus* resultante das experiências de trajectória, que incluem os itinerários de mobilidade (e de imobilidade) e as relações ideológicas a esses itinerários. Claro que a incorporação das experiências se não faz por mera adição. Porque o sistema de disposições é estruturado é que ele pode rejeitar «dissonâncias», pode conformar virtualmente todas as experiências com a matriz de apreensão das experiências. É essa matriz que faz que as mesmas mensagens sejam sempre apropriadas diferencialmente em função das características dos receptores e possam mesmo tornar-se totalmente inaudíveis.

Problemas como o da congruência das diversas componentes da situação de classe, incluindo as situações de múltipla pertença de classe e as de «localizações contraditórias de classe»<sup>23</sup>, bem como os respectivos efeitos eventuais de «privação relativa» ou de conformismo, devem ser referenciados à formação e à caracterização do sistema de disposições.

Pela mediação do *habitus*, a diversidade das origens e dos trajectos contribui também para explicar as diferentes posições na conjuntura de fracções ou camadas da mesma classe, isto é, de agentes ocupando o mesmo lugar global de classe nessa conjuntura.

---

<sup>22</sup> Cf. Nicos Poulantzas, *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui*, cit., p. 19; Pierre Bourdieu, *La Distinction — Critique Sociale du Jugement*, cit., pp. 112-113.

<sup>23</sup> Cf. Erik Olin Wright, *Class, Crisis and the State*, cit., pp. 61 e segs.

Os efeitos de trajecto derivam da história da classe. É necessário reconstituir o processo da sua estruturação, o processo transgeracional das lutas desenvolvidas em sucessivas conjunturas na dialéctica de confronto com outras classes e fracções e envolvendo a própria luta pela redefinição do espaço social e pela ocupação/desocupação dos lugares.

Mas, porque a identidade do ponto de chegada provisório — um certo lugar de classe num certo momento — não significa identidade de percurso, é igualmente necessário reconstituir os itinerários dos seus ocupantes. A diversidade dos processos de estruturação dos respectivos *habitus* é susceptível, de facto, de se sobrepor ao efeito tendencialmente homogeneizante da idêntica pertença de classe na conjuntura. Essa dispersão de trajectos pode contribuir para explicar, por exemplo, comportamentos significativamente diferentes de sectores da classe operária submetidos, de resto, às mesmas condições globais.

Se as posições de classe sofrem os efeitos das condições objectivas, actuais e passadas, por intermédio da inculcação de sistemas de disposições, elas são também determinadas directamente por essas condições objectivas, já que as práticas de classe estão em cada momento confrontadas com um espaço de possibilidades e de impossibilidades estruturalmente definidas. Há então que ter em conta, finalmente, os campos da luta de classes na sincronia e as componentes da situação (dos lugares de classe) que estabelecem limitações nesses campos.

A explicação das posições e, *a fortiori*, a previsibilidade dos seus desenvolvimentos futuros passam, portanto, por um conceito de classe que permite não só identificar uma pluralidade de dimensões em termos da conjuntura, como também restituir as histórias específicas das relações entre tais dimensões, quer ao nível dos lugares, quer ao nível dos agentes.

É claro que não pode esquecer-se que a teoria é um instrumento, um ponto de partida. Ao mais elevado nível de generalidade, ela limita-se a designar certos problemas e a seleccionar certos elementos de análise.

A teoria das classes designa, com efeito, um sistema de diferenças sociais presentes na estruturação duma pluralidade de práticas socialmente relevantes<sup>24</sup>. Por isso ela constitui um quadro de pesquisa estratégico, embora não exclusivo, da realidade social. O conceito de classe, complexificado em termos das dimensões retidas e das suas combinações e flexível na sua adaptabilidade aos múltiplos campos de práticas, é susceptível de articular as regularidades observáveis dos processos sociais aos seus princípios básicos de organização.

No curso da pesquisa, e para além das múltiplas formulações conceptuais que integram a teoria do social sem directamente se ligarem à teoria das classes, terão de ser utilizados conceitos e variáveis que contribuem para caracterizar condições contextuais, como, por exemplo, as especificidades regionais e locais. Outras variáveis «simples», como o sexo ou a idade, só subordinadas ao conceito de classe ganharão relevância analítica. A progressiva especificação desse conceito, ou seja, a qualificação e a operacionalização das respectivas dimensões, depende, no entanto, ela própria, da constituição do objecto de pesquisa.

---

<sup>24</sup> Cf. Michel Peillon, «Une stratégie sociologique pour l'étude de la structure de classes», in *L'Homme et la Société*, n.º 51-54, Janeiro-Dezembro de 1979, pp. 58 e segs.

### 3. CONTORNOS DAS CLASSES E UNIDADE DE ANÁLISE

Mesmo ao nível de generalidade em que a teoria das classes se integra numa teoria do social e a partir da referência a princípios analíticos básicos, muitas questões se mantêm abertas à discussão. Não admira que assim seja. Se o que é próprio de todo o conhecimento é a sua evolução incessante, a teoria das classes tem por objecto o próprio movimento das sociedades, as transformações dos processos sociais em toda a sua complexidade e diversidade. E as classificações e qualificações desses processos, embora transcritas na lógica específica da investigação, não podem ficar imunes às contradições e às lutas de que um dos pontos de aplicação é justamente a visibilidade das clivagens sociais.

De entre os problemas que ultimamente mais têm sido debatidos pode mencionar-se o da articulação dos modos de produção: o próprio conceito de modo de produção está longe de ser unívoco ou universalmente aceite<sup>25</sup>. Controversos são igualmente os critérios gerais de definição dos contornos das classes e, em particular, das chamadas *classes médias*. Nesta sede se discute, por exemplo, se a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo ou entre trabalho manual e intelectual é pertinente para qualificar a pequena burguesia moderna; se a forma salário pode definir a classe operária; de que maneira intervêm os factores ideológicos e políticos ou os níveis dos rendimentos e os respectivos modos de obtenção<sup>26</sup>.

Sem que se justifique ocuparmo-nos aqui deste tipo de questões, vale a pena, no entanto, fazer uma breve referência a certos aspectos das análises mais recentes que têm sido propostas no quadro da teoria das classes de inspiração marxista. Trata-se, no essencial, da renúncia quer à redução da dialéctica histórica ao afrontamento, no modo de produção capitalista, de burgueses e proletários, quer a todas as classificações simples que ofereciam das classes uma imagem de sectores mutuamente exclusivos e de contornos perfeitamente nítidos.

Num trabalho que suscitou ampla controvérsia, ainda hoje em curso na Itália, Sylos Labini, para além de propor a divisão da pequena burguesia (a que ele chama uma «quase classe») em sectores distintos nos quais o peso global dos elementos «parasitários» seria muito significativo, procurava mostrar a especificidade e a dimensão numérica das «ocupações precárias» e do «subproletariado»<sup>27</sup>.

Outros autores procuraram desenvolver a noção de «marginalidade de classe». Ela serviria para caracterizar um sector da burguesia em que é reduzida quer a dimensão da propriedade quer a sua eficiência produtiva. Haveria também, por contraposição à «classe operária estável», um «proletariado marginal», constituído por trabalhadores dos sectores atrasados e decadentes, pelos que estão ligados a unidades produtivas cuja diminuta dimensão as torna precárias e, finalmente, por todos os que trabalham irregularmente (ao domicílio, sem contrato, em tempo parcial, etc.). As dife-

---

<sup>25</sup> No sentido da sua rejeição, ver Barry Hindess e Paul Hirst, *Mode of Production and Social Formation*, Londres e Basingstoke, The Macmillan Press Ltd., 1977, pp. 46 e segs.

<sup>26</sup> Uma revista crítica de diferentes perspectivas pode encontrar-se em Erik Olin Wright, «Varieties of Marxist conception of class structure», in *Politics and Society*, 9, n.º 3, 1980, pp. 323-370.

<sup>27</sup> Cf. Sylos Labini, *Saggio sulle Classi Sociali*, Bari, Laterza, 1974, pp. 9-34 e 175-179.

rentes formas de marginalidade contribuiriam para explicar comportamentos políticos específicos <sup>28</sup>.

As situações de desemprego estrutural, de subemprego e de emprego precário caracterizariam uma sobrepopulação relativa «consolidada», no quadro do desenvolvimento capitalista. Seriam justamente os mecanismos de desenvolvimento desigual que iriam determinando novas clivagens e contradições nas classes subalternas e novas formas de articulação e de conflito destas com as classes dominantes <sup>29</sup>.

Os processos de marginalização social, acompanhados de uma diversificação dos mercados de força de trabalho, afectariam todos os sectores tornados supérfluos e improditivos, ou seja, recobririam diversas classes sociais <sup>30</sup>.

A partir da tentativa de dar conta dos contornos e das clivagens internas, bem como das formas de polarização das chamadas *classes médias*, estas análises chegaram assim à definição de componentes da estrutura de classes que complexificam utilmente a tradicional dicotomia das «classes fundamentais». Embora referidas explicitamente à formação social italiana e à «questão meridional», elas têm o indiscutível mérito de ancorar o processo de reprodução das classes nas transformações de conjunto, permitindo que alguns dos seus resultados sejam aplicados, como hipóteses de pesquisa, a outras situações. Vale sobretudo a pena reter, na diversidade das suas formulações, a chamada de atenção para uma «área marginal» estruturada, para as características «híbridas» e as «formas espúrias» de certas classes sociais.

O mesmo tipo de preocupações a respeito da qualificação das classes médias levou certos autores a enfrentar o problema das situações ambíguas dentro da estrutura de classes, afastando-se também das análises em termos de polarização simples das classes fundamentais, bem como das que retêm tipologias sem elementos sobrepostos.

É o caso de Olin Wright <sup>31</sup>. Partindo duma crítica a Poulantzas, quer por este não admitir como variáveis, isto é, susceptíveis de gradação, as diversas dimensões caracterizadoras das classes — propriedade económica, posse, dominação/subordinação política e ideológica —, quer pelo uso que faz da distinção trabalho produtivo/trabalho improditivo, Wright discorda igualmente da inclusão numa mesma classe da pequena burguesia tradicional e da pequena burguesia moderna <sup>32</sup>.

Para Wright, os lugares não ambíguos de classe, que são a burguesia e o proletariado, no modo de produção capitalista, e a pequena burguesia, no modo de produção mercantil simples, não esgotam as situações estruturais que é necessário ter em conta. A não correspondência entre as

---

<sup>28</sup> Cf. Paolo Braghin, Enzo Mingione e Paolo Trivellato, «Per un'analisi delle strutture di classe dell'Italia contemporanea», in *La Critica Sociologica*, n.º 30, 1974, pp. 70 e segs.

<sup>29</sup> Cf. Carlo Donolo, «Sviluppo ineguale e disgregazione sociale», in Massimo Paci (org.), *Capitalismo e Classi Sociali in Italia*, Bolonha, Il Mulino, 1978, pp. 125 e segs.

<sup>30</sup> Cf. Massimo Paci, *Mercato del Lavoro e Classi Sociali in Italia*, Bolonha, Il Mulino, 1973, p. 222.

<sup>31</sup> Também G. Gardechi, por exemplo, defende posições que, não sendo idênticas às de Wright, se podem considerar bastante próximas (ver G. Gardechi, *On the Economic Identification of Social Classes*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1977).

<sup>32</sup> Cf. Erik Olin Wright, *Class, Crisis and the State*, cit., pp. 43 e segs.; id., «Varieties of Marxist conceptions of class structure», *loc. cit.*, pp. 348-349.

dimensões das relações sociais de produção leva a «localizações contraditórias», a lugares de classe «objectivamente repartidos entre classes», que partilham características dessas mesmas classes<sup>33</sup>.

O autor retém três localizações contraditórias, particularmente importantes por se encontrarem no centro dos debates sobre as classes médias. A primeira situar-se-ia entre a burguesia e o proletariado e envolveria os directores (*managers*), os supervisores, os capazes. Partilha com o proletariado a exclusão do controlo sobre os investimentos e o processo de acumulação (o controlo sobre o capital monetário), mas, em contrapartida, está-lhe associado um certo grau de controlo sobre os meios físicos da produção e sobre o trabalho dos produtores. A segunda localização respeita aos pequenos empresários e situa-se entre a burguesia e a pequena burguesia: partilha com a burguesia a compra da força de trabalho, mas em quantidade insuficiente para uma acumulação significativa; por outro lado, o chefe da empresa está, ele próprio, envolvido na produção. A última situação considerada por Olin Wright localiza-se entre a pequena burguesia e o proletariado. Encontram-se nela os empregados semiautónomos, que apenas diferem dos proletários por terem algum controlo sobre os meios físicos de produção<sup>34</sup>.

Uma proposta deste tipo deverá, naturalmente, em termos da sua formulação precisa, ser testada por pesquisas empíricas susceptíveis de revelar as suas potencialidades explicativas. Tal como a noção de marginalidade de classe, e embora com um diferente campo de aplicação, os lugares contraditórios procuram dar conta de situações que se reproduzem duravelmente no quadro das transformações sofridas pelas formações sociais contemporâneas e que escapavam às classificações tradicionais. Uma e outra das noções abrem assim perspectivas de melhor centrar a complexidade estrutural que delimita o campo das práticas de classe.

Em qualquer dos casos, a enumeração de Wright não pode considerar-se exaustiva. Uma situação que se reveste do mesmo tipo de características e cuja durabilidade e importância, inegáveis na formação social portuguesa, se não confinam de nenhum modo às fronteiras nacionais é a do semiproletariado ou, melhor, a situação de classe dos camponeses parciais.

A situação recobre igualmente os que, mantendo uma pertença de classe camponesa a título de propriedade ou de arrendamento, desempenham actividades económicas no exterior da exploração agrícola. A multiplicidade dos grupos profissionais de referência, os interesses diversos ligados às várias inserções, a própria espacialização diferente das actividades, tudo contribui para a formação de *habitus* complexos, de que será necessário analisar as inconsistências e as dissonâncias.

Claro que se poderá dizer, como Wright o faz, que o problema das localizações contraditórias é distinto da questão posta pelos indivíduos que têm uma dupla pertença de classe<sup>35</sup>. E, de facto, já atrás o salientámos, não pode confundir-se a análise dos lugares de classe com a dos agentes ocupando esses lugares. Mas o conceito de classe engloba a interdependência desses dois momentos analíticos. E justamente onde possa verificar-se duradouramente, e de forma quantitativamente apreciável, a existência de duplas pertenças de classe, então ela não pode deixar de se

<sup>33</sup> Cf. Erik Olin Wright, «Varieties of Marxist conceptions of classe structure», *loc. cit.*, pp. 330-331.

<sup>34</sup> *Id.*, *Class, Crisis and the State*, cit., pp. 74 e segs.

<sup>35</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 74, nota 67.

tomar como indicador de uma situação estrutural. O volume dos camponeses parciais será assim indicativo da constituição do respectivo lugar estrutural de classe.

Um outro problema que se situa na linha divisória um pouco indecisa entre os lugares de classe e a pertença dos agentes é o que se refere às situações não directamente determinadas ao nível das relações de produção. Também aqui as soluções propostas por Olin Wright, que ele considera expressamente como provisórias, nos vão permitir algumas observações.

Wright enumera um conjunto de categorias problemáticas: estudantes; reformados e pensionistas; desempregados (permanentes e eventuais); funcionários nos aparelhos políticos e ideológicos (padres, polícias, professores); donas de casa. Dado que não poderiam funcionar os critérios definidos em termos de relações de produção, a alternativa consistiria em renunciar à qualificação de classe de tais categorias ou em recorrer a critérios específicos de qualificação. Optando por este último termo, e na sequência de sugestões de Bertaux, Wright recorre quer às trajectórias de classe, quer às ligações familiares, definidas, de resto, de forma imprecisa.

É assim que os estudantes, por exemplo, estariam numa situação de «pré-classe», susceptível de ser melhor definida em termos de trajectória do que em termos de conexão familiar, de «origem de classe». Seria, portanto, um «destino» virtual, a que se associariam os interesses fundamentais dos respectivos agentes, que permitiria aqui a qualificação<sup>36</sup>.

O mais importante equívoco que esta solução nos parece encerrar é justamente o da utilização, a este nível, das trajectórias sociais.

Tínhamos dito que a explicação das práticas passa pelo estudo das trajectórias (incluindo as trajectórias virtuais) dos agentes e dos grupos que em cada momento ocupam os lugares de classe. Esses feixes de trajectórias diversificadas, inculcadoras de diferentes disposições, deverão ser comparadas com a história da classe, com a trajectória modal da classe, como diria Bourdieu. Será a conjunção do sistema de desvios assim detectado com a situação actual de classe que estará na base das diversas tomadas de posição na conjuntura. A pertinência analítica das trajectórias não se confunde, portanto, com a definição sincrónica dos lugares — um certo estado da estrutura —, nem pode constituir critério para, em determinadas circunstâncias apenas, se determinar a pertença de classe dos agentes. Há todo um conjunto de elementos heterogéneos, como as expectativas de mobilidade ascendente, os graus de ligação às actividades económicas, a pertença a burocracias definindo categorias sociais com lógicas relativamente autónomas, ou a própria idade dos agentes, cujos efeitos sociais são indiscutíveis. Mas esses efeitos dependem também da situação de classe sincronicamente definida dos respectivos agentes, que, por isso, constitui um momento específico e irreduzível de análise. Não faria sentido, por exemplo, partir de estratégias de promoção social, mesmo objectivamente susceptíveis de sucesso, de certos membros de uma classe, para lhes atribuir desde logo a pertença de classe a que aspiram.

A definição dos lugares e das pertenças terá então de se referir aos critérios gerais anteriormente mencionados. Se as relações de produção constituem a matriz, para este efeito, das relações sociais, nada impede a extensibilidade dos critérios para o exterior da produção entendida em

---

<sup>36</sup> Erik Olin Wright, *Class, Crisis and the State*, cit., pp. 91 e segs.

sentido estrito, para o conjunto da divisão social do trabalho. É nessa sede, como o próprio Olin Wright admite, que deve ser colocada a questão dos funcionários dos aparelhos políticos e ideológicos, já que também aí se podem detectar graus de controlo e de exclusão dos instrumentos necessários a essas actividades.

Reformados e desempregados, por seu turno, não ficam excluídos da classe a que pertencem por força da inactividade: seria absurdo identificar um «P. D. G.» na reforma com um torneiro na mesma situação. O que não significa, sublinhamo-lo ainda uma vez, que não haja efeitos específicos das diversas formas de inactividade e designadamente eventuais efeitos de marginalização.

Quano a donas de casa e estudantes, por último, também não fará sentido isolar qualquer das categorias para lhes atribuir qualificações uniformes.

Sabe-se bem que a designação estatística das «domésticas» uniformiza situações abissalmente distintas. Mais uma vez, não é possível fazer a economia da análise dessas situações diversificadas.

O mesmo se aplica aos estudantes. É verdade que a escola constitui um instrumento estratégico e privilegiado de promoção social para muitos sectores das classes dominadas. Mas, apesar disso, e também por isso mesmo, tudo se passa como se boa parte dos sucessos escolares dos filhos dessas classes fosse reabsorvida por um processo cada vez mais acentuado de desvalorização dos diplomas, assim se conservando o sistema global de diferenças e distâncias sociais. Como, por seu turno, o auto-recrutamento de sectores significativos das classes dominantes não depende, fundamentalmente, do êxito escolar, já se vê como a avaliação exclusiva dos sucessos e insucessos a esse nível é largamente insuficiente para dar conta dos seus efeitos reais em termos da chamada mobilidade vertical. O que a categoria estudante, para além do mais, oculta, quando desarticulada de uma análise de classes, são as próprias determinantes sociais do sucesso e do insucesso, das estratégias que presidem à escolarização, da duração e dos tipos de aprendizagem diferenciados nas vias de ensino<sup>37</sup>.

Casos como os dos estudantes, das donas de casa, dos milicianos em serviço militar, mostram já com particular nitidez a importância da referência familiar na qualificação da respectiva pertença de classe.

Mas esse não é senão um dos aspectos do problema das unidades de análise a reter na pesquisa: a solução que para ele se encontra envolve, naturalmente, consequências teórico-empíricas de grande relevo.

Diremos liminarmente que deve ser a família, e não o indivíduo, a constituir a unidade básica na análise de classes. Se bem que fundamentar tal opção exija, como sempre, o teste na investigação da sua capacidade explicativa, não deixam de se justificar algumas considerações genéricas a este respeito.

Tal como outras sociologias especializadas, constituídas em termos académico-administrativos por recorte mais ou menos arbitrário do objecto disciplinar, a sociologia da família tende a dificultar a integração dos seus resultados de pesquisa no processo de conhecimento do social.

---

<sup>37</sup> Sobre o papel do aparelho escolar na reprodução das relações sociais pode ver-se, por exemplo, Christian Baudelot e Roger Establet, *L'École Capitaliste en France*, Paris, Maspero, 1971, e Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, *La Reproduction*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1971.

Talvez, em parte, por isso, sejam tão raras e tão insuficientes as propostas de considerar a família como unidade de análise, seja no âmbito da teoria das classes, seja no âmbito da teoria da estratificação<sup>38</sup>.

Os fundamentos geralmente invocados nessas propostas vão desde certas funções que se cumprem no interior da família, como a socialização das crianças e a transmissão hereditária de qualidades, até às relações de solidariedade que unem os seus elementos. Uma outra ideia que igualmente preside à opção de reter o agregado doméstico como base analítica é a de que todos os seus membros se encontram em situação idêntica, definida a partir da do respectivo chefe. Parsons, por exemplo, afirma que o *status* da família se determina pelos rendimentos e pelo prestígio ou falta de prestígio da ocupação do cabeça de família<sup>39</sup>. Já se vê que, nestas condições, se pode fazer a economia de análise das situações dos outros membros: em termos de pesquisa, tudo acaba por se passar de modo idêntico ao da perspectiva dominante, que directamente elege o indivíduo como unidade de análise.

Boa parte das dificuldades neste campo resultarão também da relativa indefinição do conceito. Porque são extremamente variadas as formas historicamente assumidas pela organização familiar, ainda hoje prossegue o debate sobre a sua denotação precisa. E têm igualmente sido avançadas diversas elaborações tipológicas na tentativa quer de dar conta dessa variedade, quer de a ligar a fases sociais determinadas.

O consenso analítico está, porém, longe de ser obtido. Mesmo certas perspectivas longamente tidas por assentes vieram a ser abaladas ou por novas formulações teóricas, ou por demonstrações empíricas recentemente produzidas.

No campo antropológico, por exemplo, foi posta em causa a família «elementar» — designando o sistema de relações unindo um homem, uma mulher e os respectivos filhos — como referência universal para o estudo de outros modelos de organização<sup>40</sup>.

Também no que se refere à história moderna se não encontra acordo quanto a quais seriam os modos dominantes de organização familiar. Se, para a maioria dos autores, a transição das sociedades agrárias de Antigo Regime para as formações capitalistas teria sido marcada pela passagem da família alargada à família conjugal ou nuclear, esta última funcionalmente adaptada à urbanização e à mobilidade exigida pelos processos de industrialização<sup>41</sup>, foi recentemente mostrado que na Inglaterra pré-industrial tendia já a predominar a família nuclear<sup>42</sup>.

A transformação histórica da dominância dos grandes tipos de família tem, no entanto, de se conjugar com a transformação/reprodução das dife-

---

<sup>38</sup> Podem citar-se neste sentido, em todo o caso, os exemplos de Joseph Schumpeter, *Imperialism, Social Classes*, Cleveland, The World Publishing Company, 1961; de Bernard Barber, *Social Stratification: A Comparative Analysis of Structure and Process*, Nova Iorque, Harcourt, Brace & Cie., 1957; ou de Anthony Giddens, *The Class Structure of the Advancement Societies*, Londres, Hutchinson & Cie. Ltd., 1973. Um desenvolvimento diferente, esboçando uma teoria das famílias de classe, encontra-se em Daniel Bertaux, *Destins Personnels et Structure de Classe*, cit.

<sup>39</sup> Talcott Parsons, «La estructura social de la familia», in Ruth Nanda Anshen, *La Familia*, Barcelona, Ediciones Península, 1978, p. 54.

<sup>40</sup> Cf. Claude Lévi-Strauss, *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon, 1958, pp. 60-63.

<sup>41</sup> Cf., por exemplo, Talcott Parsons, «La estructura social de la familia», *loc. cit.*

<sup>42</sup> Cf. Peter Laslett, *The World We Have Lost*, Londres, Methuen, 1965.

rentes famílias de classe. Também na sincronia coexiste uma pluralidade de tipos familiares diversamente estruturados.

Se a unidade familiar pode constituir o elemento privilegiado de uma análise de classes, é porque aí se condensa e organiza um conjunto de efeitos sociais diferenciados e a partir daí se estruturam práticas socialmente significativas.

O sistema de diferenças organiza-se desde logo ao nível da reprodução biológica, de que a família é o lugar essencial: elementos como o volume de descendência ou as condições sanitárias de base rodeando os nascimentos e as primeiras fases do crescimento constituem já indicadores elementares de clivagens socialmente condicionadas e condicionantes.

A unidade familiar é igualmente depositária de heranças económicas e ideológicas que a constituem em lugar privilegiado de reprodução social e cultural. Por um lado, o conjunto de heranças limita directamente o espaço do «êxito» económico, escolar, social, da descendência. Mas limita-o também indirectamente, ao determinar uma pluralidade de estratégias de reprodução que vão desde as próprias estratégias de fecundidade até às estratégias patrimoniais, com os seus múltiplos desdobramentos: conservação/acumulação das várias espécies de capital, estratégias matrimoniais, divisão interna das tarefas, etc.

Por último, e independentemente das variações quer históricas quer sincrónicas que aqui incrementam e ali diminuem as funções de socialização das crianças cumpridas pelas unidades familiares, estas constituem uma instância fundamental da primeira formação dos sistemas de disposições, de inculcação dos *habitus* primários. Inculcação que resulta quer da familiarização quotidiana com o mundo próximo de pessoas e objectos, quer do processo explícito e implícito de educação traduzido em estímulos e dissuasões. A formação do *habitus* é simultaneamente a formação de competências particulares e de incompetências interiorizadas, cuja desigual distribuição pelas famílias de classe contribui para a existência de específicas vias familiares de reprodução dos diferentes tipos de força de trabalho<sup>43</sup>. A esse nível começam, portanto, desde logo, a actuar os mecanismos sociais de qualificação, selecção e distribuição, os processos de filtragem que regulam quer a chamada mobilidade social, quer o sistema global da divisão social do trabalho.

Os trajectos sociais, cuja importância na explicação das práticas atrás referimos, têm de ser analisados por referência à unidade familiar. E não só por ela constituir o ponto de partida objectivo e subjectivo de tais trajectos, mas ainda por lhes predeterminar as probabilidades de itinerário, através dos múltiplos mecanismos que articulam o capital adquirido ao capital herdado. Entre os menos evidentes desses mecanismos estará justamente a inculcação precoce dos sistemas de disposições.

Lugar essencial de reprodução biológica, social e cultural, unidade de consumo e mesmo, por vezes, de produção, o agregado familiar retraduz e sintetiza, assim, conjuntos diferenciados de condições básicas de existência que constituem a própria matriz da divisão social em classes.

Contudo, essa «comunidade de mesa e habitação» não é necessariamente uma unidade homogénea. No seu interior podem localizar-se situações

---

<sup>43</sup> Cf. Georges Mehaem, «Les mutations de la famille et les modes de reproduction de la force du travail», in *L'Homme et la Société*, n.º 51-54, Janeiro-Dezembro de 1979, pp. 94 e segs.

individuais distintas, definir-se «inconsistências» e «dissonâncias», afrontar-se estratégias. É pois necessário ter em conta, na qualificação de classe das famílias, as componentes individuais diferenciadas.

De resto, certas classes ou fracções, que, analisadas apenas a partir dos indivíduos, seriam invisíveis ou revestiriam um significado social relativamente diminuto, ganham toda a relevância quando se toma o grupo doméstico por referência analítica.

Pense-se num exemplo já mencionado como o das famílias em que alguns membros são pequenos produtores agrícolas, enquanto outros trabalham como assalariados da indústria. Estamos perante uma situação cuja frequência em certas regiões portuguesas e cuja relevância de efeitos em termos de práticas económicas, ideológicas, políticas, são igualmente indiscutíveis. Ela configura-se como mais uma «localização contraditória» de classe no espaço social, como um lugar específico de classe: o do semiproletariado ou do campesinato parcial. E, no entanto, se a qualificação se circunscrevesse ao nível individual, o resultado seria apenas o de mais uns quantos indivíduos que iriam separadamente engrossar os efectivos dos camponeses, por um lado, e o dos proletários industriais, pelo outro.

Recorde-se, por último, que só a qualificação das famílias permite precisar satisfatoriamente aquelas situações, como a das domésticas ou dos estudantes, em que a uniformização estatística oculta distinções de importância inegável.

Se a perspectiva que esboçamos parece defensável em termos globais, ela ganha uma particular necessidade no estudo do espaço rural de pequena agricultura, no espaço onde as diversas fracções do campesinato têm um peso significativo. É que aí a unidade familiar é também uma unidade relativamente autónoma de actividade económica, característica que apenas partilha com certos sectores do pequeno comércio e da pequena indústria.

Em fases pré-industriais, a organização económica familiar chegou a revestir-se duma importância tão decisiva que alguns autores puderam propor a teoria de um modo de produção doméstico ou de um modo de produção camponês que, embora a partir de diferentes elaborações e com diversos campos de aplicação histórica, retinham essa organização por base <sup>44</sup>.

Nas formações sociais capitalistas tais categorias são, naturalmente, inaplicáveis. Mas as formas de produção camponesa não deixam de produzir determinações específicas ao funcionamento como um todo dos respectivos agregados domésticos, ao tipo de contradições e de estratégias que no seu interior se definem.

Tomemos o exemplo dos camponeses proprietários, em que o tipo de família se pode ainda aproximar de um «modelo patrimonial», no sentido em que é aí determinante a conservação, o eventual engrandecimento e a transmissão da exploração agrícola como património produtivo <sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> Cf. A. V. Chayanov, *Peasant Farm Organization*, Moscovo, The Co-Operative Publishing House, 1925; Marshall Sahlins, *Stone Age Economics*, Londres, Tavistock Publications, 1974; Claude Meillassoux, *Femmes, greniers & capitaux*, Paris, Maspero, 1976; Hans Medick «The proto-industrial family economy: the structural function of household and family during the Transition from peasant society to industrial capitalism», in *Social History*, 3; Outubro de 1976.

<sup>45</sup> Sobre a «família patrimonial» ver Georges Mehaem, «Les mutations de la famille et les modes de reproduction de la force de travail», *loc. cit.*, pp. 65 e segs.

A unidade produção-consumo tende a gerar certas formas de relação entre os membros do agregado doméstico. A divisão interna, sexual e etária das tarefas organiza-se segundo um padrão hierarquizado, sob o comando do chefe da exploração. Essa função de comando não se limita, no entanto, à organização do processo de trabalho, antes percorre todas as dimensões da vida familiar. Por um lado, ela estende-se às decisões importantes com incidência patrimonial, desde as que se referem ao investimento ou ao consumo até às que respeitam à fecundidade do casal e às alianças matrimoniais dos filhos. Por outro, a autoridade paternal, assente no património de que é detentora, prolonga-se no controlo global da socialização dos descendentes, com particular incidência na transmissão dos saberes ligados à actividade agrícola. Embora essa socialização encontre, no quadro da aldeia, o espaço mais amplo da sociabilidade de vizinhança, das formas de troca e de entreaajuda que aí se processam, não pode subestimar-se a componente de aprendizagem familiar quer dos saberes práticos do trabalho, quer das virtudes da submissão, da austeridade e da poupança.

A produção de herdeiros implica igualmente a incorporação nesses herdeiros das disposições necessárias ao imperativo da transmissão e da frutificação do património.

O mesmo imperativo, e não só em situações de exiguidade patrimonial, deu origem, ao longo do tempo, à produção de não herdeiros por parte das famílias camponesas, frequentemente através do recurso a estratégias visando limitar os efeitos da partilha igualitária. Um volume maior ou menor de filhos, a partir de certa idade excluídos da exploração familiar e dotados apenas de conhecimentos inaplicáveis fora da agricultura, está na base do processo de fornecimento de força de trabalho livre e não qualificada a outros sectores produtivos. Sabe-se como as famílias camponesas têm historicamente contribuído para essa função de reserva de força de trabalho.

Os últimos decénios vieram acentuar dramaticamente, embora de forma desigual, o processo de deserção dos espaços rurais portugueses. Mas o chamado *éxodo rural* não é senão uma das componentes da desestruturação desses espaços. Basta pensar na pluralidade vastíssima de factores, que vão desde os mecanismos globais de transformação da actividade agrícola e da sua forma de inserção no conjunto dos sectores económicos até à intervenção crescente e polifacetada dos aparelhos de Estado como a escola, os serviços de saúde, os meios de comunicação social.

Com a transformação progressiva do espaço rural vão-se também desarticulando os modos de funcionamento do agregado familiar camponês. Desvalorizam-se o património e o trabalho agrícolas por comparação com fontes alternativas de rendimento, entram em crise as estratégias unitárias de reprodução. Os filhos, detentores de um mínimo de capital escolar, confrontados com grupos de referência diferentes dos tradicionais, deixam de se submeter docilmente a uma autoridade de tipo patriarcal e passam a definir com alguma autonomia as suas próprias estratégias. Uns procuram aceder mais cedo às responsabilidades de direcção da empresa agrícola; outros — a maioria — rejeitam precocemente a participação nas tarefas produtivas familiares.

A transfusão de força de trabalho para o exterior do sector rural deverá encontrar princípios de explicação não apenas na translação global das estruturas sociais — a industrialização, a urbanização —, mas ainda

nos mecanismos de filtragem e de regulação da chamada *mobilidade social*, tal como são retraduzidos nas famílias camponesas. Quer o êxodo, quer as migrações pendulares, constituem respostas que essas famílias foram encontrando para enfrentar o impacto de novas situações. E, se é verdade que as determinações globais dos processos que afectam o espaço rural são exteriores a esse espaço, não é menos certo que as formas de resistência e de luta das fracções de classe camponesas produzem, por sua vez, efeitos de transformação da própria estrutura de classes, ao nível dos campos, mas igualmente ao nível nacional e até internacional.

A operacionalização do conceito de classe não pode, assim, prescindir da unidade familiar como lugar onde se reflectem e condensam as contradições estruturais, onde se organizam decisivamente os sistemas de disposições e se referenciam os trajectos passados e virtuais, onde radicam, finalmente, as práticas ideológicas e políticas.